

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa
20 NOV 2013
058/13
MENSAGEM nº 03 / 2013-DPE-RO
Processo: 058/13



AO EXPEDIENTE
Em: 14 NOV 2013
Proj. de Lei Complementar nº 166/13
Presidente
Porto Velho, 05 de novembro de 2013.
Ass. Legislativa
Folha 01

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual HERMÍNIO COELHO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
NESTA

Recebido, Autenticado e
Incluído em pauta.
20 NOV 2013
1º Secretário

Senhor Presidente,

Com amparo no § 2º, do art. 134, da Constituição Federal, c/c o inciso IV, do § 3º, do art. 105, da Constituição Estadual, submetemos a elevada apreciação dessa Augusta Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso Projeto de Lei Complementar que *“Altera os parágrafos 1º e 2º do artigo 10 da Lei Complementar nº 117, de 04 de novembro de 1994, que trata da composição dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, e acrescenta o § 5º ao mesmo artigo, conferindo o direito de assento e voz ao presidente da entidade de classe de maior representatividade dos membros da Defensoria Pública do Estado”*.

A Lei Complementar proposta tem por objetivo adequar a composição do Conselho Superior da Defensoria Pública aos ditames gerais inaugurados pela Lei Complementar Federal nº 80/94, com a redação que lhe foi dada pela Lei Complementar nº 132/09, ampliando a composição do órgão Colegiado Máximo da Instituição, no sentido de **pluralizar** e **democratizar** a representatividade dos Defensores Públicos, desde a primeira classe até os que pertencem à classe mais elevada da carreira.

Além disso, pretende-se, igualmente, compatibilizar a legislação local aos comandos normativos gerais federais no tocante a possibilidade de uma reeleição do membro eleito do Conselho Superior, bem como garantir o direito de assento e voz ao presidente da entidade de classe de maior representatividade dos membros da Defensoria Pública do Estado, que também fora consagrado pela Lei Complementar Federal nº 132/09.

Por derradeiro, esclarecemos que o incluso projeto **não** terá reflexo nos recursos orçamentários e financeiros alocados na Defensoria Pública do Estado de Rondônia, uma vez que não há remuneração específica para o exercício da função de Conselheiro Nato ou Eleito.

Atenciosamente,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PROTOCOLO GAB. PRESIDÊNCIA
N. PROTOCOLO: 4.330
Entrada: 12/11/13
Saída: 13/11/13
NOME: *Guilene*

ANTONIO FONTOURA COIMBRA
Defensor Público-Geral do Estado

SECRETARIA LEGISLATIVA
RECEBIDO
14 NOV 2013
Naiara
Servidor(nome legível)



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE DE DE 2013.

“Altera os parágrafos 1º e 2º do artigo 10 da Lei Complementar nº 117, de 04 de novembro de 1994, que trata da composição dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, e acrescenta o § 5º ao mesmo artigo, conferindo o direito de assento e voz ao presidente da entidade de classe de maior representatividade dos membros da Defensoria Pública do Estado.”

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA: Faço saber que Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O § 1º do artigo 10 da Lei Complementar 117, de 04 de novembro de 1994, que trata da Composição dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, e o § 2º do mesmo artigo, passam a vigorar nos seguintes termos:

§ 1º. Integraram o Conselho Superior:

I - como membros natos:

- a) o Defensor Público-Geral;
- b) o Subdefensor Público-Geral;
- c) o Corregedor-Geral da Defensoria Pública; e
- d) o Ouvidor-Geral da Defensoria Pública;

II – como membros eleitos:

- a) 2 (dois) Defensores Públicos do Estado de Entrância Especial;
- b) 2 (dois) Defensores Públicos do Estado de 3ª Entrância.
- c) 1 (um) Defensor Público do Estado de 2ª Entrância.
- d) 1 (um) Defensor Público do Estado de 1ª Entrância.

§ 1º - A . Quando não houver candidatos elegíveis ou eleitos de alguma categoria, a vaga será ocupada pelo próximo suplente da classe imediatamente superior, até o número limite de 3 (três) Conselheiros por categoria, ainda que as vagas existentes não fiquem totalmente ocupadas.

§ 2º. Os membros eleitos do Conselho exercerão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma reeleição.



Art. 2. O artigo 10 da Lei Complementar 117, de 04 de novembro de 1994, que trata da Composição dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, passa a contar com o parágrafo quinto, nos seguintes termos: “§ 5º *O presidente da entidade de classe de maior representatividade dos membros da Defensoria Pública do Estado terá assento e voz nas reuniões do Conselho Superior*”.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em de de 2013, 125º da República.